

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.376.151 - SC
(2018/0259611-4)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : SUL MARMORES LTDA - ME
ADVOGADOS : MAURI NASCIMENTO - SC005938
FABIANO FERREIRA E OUTRO(S) - SC030142
JOÃO MANOEL NUNES DA SILVA - SC042534
AGRAVADO : AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES -
ANTT

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. ANTT. EVASÃO DE FISCALIZAÇÃO. RESOLUÇÃO ANTT. AFASTAMENTO DO CTB. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA LEI Nº 9.503/97. ARGUMENTAÇÃO E COMANDO NORMATIVO QUE NÃO INFIRMAM A FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

2. O comando normativo do dispositivo indicado como violado resta inapto de sustentar a tese apresentada no recurso especial, de modo que inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação. Aplicação da Súmula nº 284 do STF.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente), Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator